



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

Sexta-feira (17/05) a Quinta-feira (23/05)

Manchetes



MPF: 7CCR promove colóquio sobre o direito à identidade de gênero no sistema prisional

Ponte: MP denuncia Estado de SP por alta letalidade policial e racismo institucional

MPF: MPF recebe mães e familiares de vítimas de violência do Estado

O Globo: PF conclui que houve obstrução na investigação do assassinato de Marielle e Anderson

G1: Em 3 anos, RJ só gastou 17% dos R\$ 74 milhões da verba federal para investir em presídios

Folha de S. Paulo: Governo de SP vai conceder presídios à iniciativa privada

EBC: Anistia faz recomendações na área de direitos humanos ao governo brasileiro

Brasil de Fato: Repasse de fuzis do Exército para a PM do Rio pode aumentar a violência no estado



Síntese das notícias

Colóquio promovido pela 7CCR discute direito à identidade de gênero no sistema

prisional: A Câmara de Coordenação e Revisão do Controle Externo da Atividade Policial e do Sistema Prisional (7CCR) irá realizar um colóquio para debater aspectos ligados às garantias de direito à identidade de gênero no sistema prisional. O evento reunirá especialistas de várias áreas relacionadas ao direito (advogados, membros dos Ministérios Públicos, do Judiciário e da Defensoria Pública), além de pesquisadores, especialistas de áreas conexas e representantes que trabalham com a questão de gênero. A forma como o sistema prisional deve acolher e respeitar a identidade de pessoas trans é um dos focos principais do evento. A primeira mesa vai discutir “O papel das instituições do sistema de Justiça na efetivação do direito à identidade de gênero no sistema prisional”. A mesa seguinte vai abordar a “Prevenção e combate às violências física, psíquica e sexual de pessoas trans no sistema prisional”. A última mesa vai debater “O direito à saúde das pessoas trans no sistema prisional”. O colóquio acontecerá dia 28 de maio em São Paulo. Clique [aqui](#) para se inscrever.

<http://bit.ly/2M5iQqJ>

MP denuncia Estado de SP por alta letalidade policial e racismo institucional: O

Ministério Público de São Paulo (MPSP) moveu uma ação civil contra o governo do estado por considerá-lo incompetente para controlar a letalidade policial, sobretudo contra a população jovem e negra. O arquivo destaca o total de mortes cometidas por policiais em anos recentes, como os 940 homicídios de 2017, período com maior patamar em números oficiais desde 1996, quando a Secretaria da Segurança Pública de SP passou a contabilizar as mortes cometidas por policiais. A Promotoria de Direitos Humanos assina o documento com o objetivo de que o Judiciário exija “adoção de providências que garantam que a prestação do serviço público de segurança pública seja minimamente eficiente”. Acesse [aqui](#) a inicial a ACP. Fonte: **Ponte. (22/05/2019)**

<http://bit.ly/2HRw4IQ>

MPF recebe mães e familiares de vítimas de violência do Estado: O Ministério Público Federal (MPF) realizou um encontro de mais de 60 mães e familiares que integram a Rede Nacional de Vítimas do Terrorismo do Estado com a Procuradora Federal dos



Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, o Conselho Nacional de Justiça e também a casa da ONU. No encontro, o grupo de familiares destacou a importância do acesso à verdade, à justiça e à reparação. “Se o Estado falhou ao nos violentar, tem falhado diariamente ao negar nossos direitos a uma investigação independente, a medidas de reparação e à memória de nossos filhos. É preciso que o Estado seja responsabilizado por essas mortes e que isso se traduza em uma política pública de reparação”, afirmaram. Na oportunidade, a PFCD pontuou o campo de atuação do Ministério Público Federal e destacou iniciativas da PFDC voltadas à superação da violência institucional, ao aprimoramento do sistema de justiça e à igualdade na proteção de direitos. (23/05/2019)

<http://bit.ly/2Qgss0e>

PF conclui que houve obstrução na investigação do assassinato de Marielle e

Anderson: O inquérito da Polícia Federal que investiga a atuação da Polícia Civil no caso Marielle concluiu que o policial militar Rodrigo Jorge Ferreira, o Ferreirinha, e a advogada dele, Camila Nogueira, fazem parte de uma organização criminosa cujo objetivo era atrapalhar as investigações sobre a morte da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Ferreira é policial militar e procurou a Polícia Federal, em maio do ano passado, apontando o miliciano Orlando Oliveira de Araújo, o Orlando da Curicica, como uma pessoa interessada na morte da vereadora. O relatório está sob análise da procuradora-geral da República, Raquel Dodge. Fonte: **O Globo**. (23/05/2019)

<https://glo.bo/2JyDiOJ>

Em 3 anos, RJ só gastou 17% dos R\$ 74 milhões da verba federal para investir em

presídios: O sistema penitenciário do Rio corre o risco de perder - por questões administrativas - mais de R\$ 60 milhões em recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). Obedecendo decisão de 2015 do Supremo Tribunal Federal para contornar a crise em presídios brasileiros, o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) repassou ao RJ, nos últimos 3 anos, verbas que somam mais de R\$ 74 milhões. Mas, segundo informações da própria Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (Seap) apresentadas ao Ministério Público do Rio de Janeiro, só 17% desse total foram efetivamente gastos com demandas da pasta. O valor foi basicamente utilizado na compra de armas, veículos e coletes à prova de bala. Reformas de presídios, compras de insumos médicos para os presos e ambulâncias, por exemplo, ficaram de fora. Fonte: **G1**



(23/05/2019)

<https://glo.bo/2EtBSRv>

Governo de SP vai conceder presídios à iniciativa privada: Quatro dos nove centros de detenção provisória (CDPs) que serão entregues pelo governo paulista, ainda neste ano, devem funcionar em esquema de gestão compartilhada – parte de funcionários do estado e parte de empresas contratadas. Segundo a Administração Penitenciária, cinco empresas demonstraram interesse. São empresas que já prestavam serviços em cidades de Minas Gerais e Santa Catarina. Por esse modelo, dos 160 trabalhadores previstos para o funcionamento de presídios desse porte, 12% (19) serão dos quadros da Secretaria da Administração Penitenciária, e ocuparão funções como diretor-geral e de disciplina. A segurança das muralhadas e o transporte de presos serão feitos apenas por funcionários do estado. O prazo de contrato será de cinco anos, com custo mensal estimado entre R\$ 3.800 e R\$ 5.500 por interno. Os valores dependem do pacote de serviços que a unidade exigir. Fonte: **Folha de S. Paulo. (20/05/2019)**

<http://bit.ly/2Hxbhot>

Anistia faz recomendações na área de direitos humanos ao governo: A Anistia Internacional lançou a ação Brasil para Todo Mundo, em que manifesta preocupação com a condução de políticas públicas na área de direitos humanos no país. Entre os pontos citados está o decreto que trata do porte e posse de armas e o chamado pacote anticrime. A organização divulgou uma carta aberta ao presidente Jair Bolsonaro com recomendações a respeito. No documento, a Anistia Internacional pede a revogação do decreto que trata da posse e porte de armas de fogo e comercialização de munição por considerar que as novas regras podem contribuir para o aumento do número de homicídios no Brasil. “Não acreditamos que se resolverão problemas da segurança pública com mais armas”, disse a diretora executiva da Anistia Internacional no Brasil, Jurema Werneck. Fonte: **EBC. (21/05/2019)**

<http://bit.ly/2HxXrCn>

Repasse de fuzis do Exército para a PM do Rio pode aumentar a violência no estado: Após o decreto que flexibiliza o porte de armas no Brasil, assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, o Exército entregou mil fuzis para a Polícia Militar do estado do

SINOPSE DE NOTÍCIAS



Rio de Janeiro, em ação que fez parte do acordo de transição da intervenção militar no estado, encerrada em dezembro de 2018. Para o Instituto Sou da Paz, organização que há 15 anos atua na redução de violência no Brasil, o investimento em política de segurança pública que se baseia na lógica do confronto não diminui os índices de violência e deixa a população mais vulnerável. Segundo o Instituto de Segurança Pública do Rio (ISP), a letalidade da Polícia Militar do Rio atingiu o seu maior patamar em 21 anos. As mortes por intervenção policial somaram 434 casos de janeiro a março, o que representa uma média de sete óbitos por dia. Fonte: **Brasil de Fato. (23/05/2019)**

<http://bit.ly/2VXwCAv>